



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de **Analista Judiciário - Área Judiciária** **Especialidade Execução de Mandados**

Caderno de Prova, Cargo 03, Tipo 001
000000000000000000
00001-0001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A
Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão objetiva existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: **A** ● **C** **D** **E**
- ler o que se pede na Prova de Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas das questões objetivas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá o total de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova de Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova de Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Março/2008

CONHECIMENTOS GERAIS

Português

Atenção: As questões de números 1 a 20 referem-se ao texto que segue.

Pessimismo e otimismo

Achar que um pessimista pode ser um tipo interessante é coisa de otimistas – e eu assino embaixo. Confesso, aliás, que tenho uma séria inclinação para o pessimismo, mas entendo que ela se deve, justamente, à porção de otimismo que também está em mim. Não, leitor, não alimento o prazer de formular paradoxos gratuitos; deixe-me fundamentar este.

Os otimistas costumam achar muita graça no mundo, seja porque já a encontraram, seja porque estão certos de que ainda a encontrarão. Mas às vezes esse otimismo é tão grande que passa a ser demasiado exigente, e só se contentará com o êxtase da suprema felicidade. Como esta é raríssima, e quando chega costuma ser passageira, o otimista passa a temperar sua expectativa com um pouco de pessimismo só para engrandecer ainda mais o êxtase almejado. Complicado? Mas quem disse que somos simples?

Outro dia recortei da Internet este fragmento de um blog, que vai um pouco na direção das minhas convicções:

Penso que a maioria das pessoas tende a associar pessimismo a inatividade e paralisia, e otimismo a entusiasmo e iniciativa. Via de regra, é precisamente o oposto que é verdadeiro: em seu deslumbramento, os otimistas, que diante de tudo se ofuscam, a nada se apegam. Por outro lado, em sua lucidez, aos pessimistas é dado enxergar na escuridão a imagem do que lhes seria essencial, e sentem-se como ninguém compelidos a agarrar-se a ela.

É isso. O pessimista não é inimigo das idealizações, muito pelo contrário. E alguém já disse: Sou pessimista de cabeça e otimista de coração. A frase é esperta, pois leva a admitir um convívio ameno entre as inclinações para a mais rigorosa lucidez e para a mais generosa sensibilidade. Mas é também verdadeira: qualquer um de nós pode admiti-lo durante a simples operação de folhear um jornal. O homem-bomba resolveu sacrificar-se na companhia de quinze adversários políticos? A humanidade não tem jeito. O pequeno e sofrido país asiático teve sua independência reconhecida e amparada pela ONU? Nem tudo está perdido. No noticiário da TV, e ao vivo: o marido enciumado seqüestrou a própria mulher e ameaça matá-la diante das câmeras? O mundo é mesmo um horror... Horas depois, ainda ao vivo, o homem depõe a arma e entrega-se à polícia, aos prantos? Esta vida é comovente...

Pensando agora em nosso país: haverá algum outro que tantas razões dê a seus cidadãos para serem otimistas e pessimistas a um tempo? Parece já fazer parte da nossa cultura esse amálgama de expectativas contrárias: ora “o Brasil não tem jeito mesmo”, ora “este é o melhor país do mundo”. Diante

dos extremos, as pessoas sensatas recomendam o equilíbrio que nega as polaridades, pois “a verdade está no meio”. Pois eu prefiro manter a opinião de que a verdade dos otimistas é, no fundo, uma aliada da verdade dos pessimistas. A prova de que não somos uma coisa só está em cada dia que amanhece: o leitor acordou hoje pessimista ou otimista? Seja qual for a resposta, só posso lhe dizer: – Conserve-se assim, e até amanhã.

(Sérgio Ruiz Taborda)

1. Considerando-se o contexto, pessimismo e otimismo são considerados pelo autor do texto como inclinações

- (A) alternadas e inconciliáveis.
- (B) contraditórias e complementares.
- (C) opostas e inconciliáveis.
- (D) definitivas e excludentes.
- (E) equivalentes e harmônicas.

2. Os pessimistas não são inimigos das idealizações porque, no fundo, eles

- (A) as preservam como o parâmetro de uma negatividade essencial.
- (B) as descartam apenas para um maior desfrute dos prazeres cotidianos.
- (C) lhes atribuem a virtude de nos encerrar numa prazerosa imobilidade.
- (D) lhes atribuem a faculdade de relativizar o valor das altas expectativas.
- (E) as consideram um caminho seguro para a experiência dos êxtases.

3. Considere as seguintes afirmações:

- I. O autor do texto justifica a formulação de paradoxos gratuitos ao considerá-la um válido e necessário recurso estilístico.
- II. A introjeção de algum pessimismo num otimista deve-se, por vezes, a um altíssimo grau de expectativa por êxtases supremos.
- III. Os jornais e os noticiários de TV levam-nos a emoções ambivalentes porque nosso humor é extremamente variável.

Está correto SOMENTE o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) II e III.
- (E) I e II.

4. Considerando-se o contexto, encontram-se numa relação **opositiva** os seguintes elementos do texto:

- (A) *esta é raríssima / costuma ser passageira.*
- (B) *demasiado exigente / rigorosa lucidez.*
- (C) *seu deslumbramento / sua lucidez.*
- (D) *convívio ameno / generosa sensibilidade.*
- (E) *nossa cultura / amálgama de expectativas contrárias.*

<p>5. Considerando-se o contexto, traduz-se com equivalência o sentido de uma expressão do texto em:</p> <p>(A) <i>eu assino embaixo</i> = retifico o que está acima.</p> <p>(B) <i>temperar sua expectativa</i> = apurar sua confiança.</p> <p>(C) <i>inimigo das idealizações</i> = infenso ao pragmatismo.</p> <p>(D) <i>amálgama de expectativas contrárias</i> = eliminação das contradições.</p> <p>(E) <i>nega as polaridades</i> = recusa os extremos.</p>	<p>9. Do mesmo modo como a expressão <i>prazer de formular paradoxos</i> equivale, no contexto, a prazer da formulação de paradoxos, assim também equivalerá a</p> <p>(A) <i>tenho uma séria inclinação para o pessimismo</i> a expressão inclina-me seriamente o pessimismo.</p> <p>(B) <i>costumam achar muita graça no mundo</i> a expressão costumam engrajar muito o mundo.</p> <p>(C) <i>só para engrandecer ainda mais o êxtase</i> a expressão só para um engrandecimento ainda maior do êxtase.</p> <p>(D) <i>sentem-se como ninguém compelidos a agarrar-se</i> a expressão sentem-se como que compulsivos em agarrar-se.</p> <p>(E) <i>leva a admitir um convívio ameno</i> a expressão é levado a admitir haver ameno convívio.</p>
<p>6. A frase que admite transposição para a voz passiva é:</p> <p>(A) <i>A prova de que não somos uma coisa só está em cada dia que amanhece.</i></p> <p>(B) <i>Outro dia recortei da Internet este fragmento de um blog (...).</i></p> <p>(C) <i>A humanidade não tem jeito.</i></p> <p>(D) <i>O pessimista não é inimigo das idealizações, muito pelo contrário.</i></p> <p>(E) <i>Nem tudo está perdido.</i></p>	<p>10. O pessimista não é <u>inimigo das</u> idealizações, pois tem <u>apego pelo que</u> lhe parece essencial.</p> <p>A frase acima permanecerá correta caso se substituam os elementos sublinhados, respectivamente, por:</p> <p>(A) adverso nas - atração no que</p> <p>(B) imune com as - afinidade do que</p> <p>(C) contendor às - proximidade com o que</p> <p>(D) hostil às - afeição ao que</p> <p>(E) contrário das - inclinação do que</p>
<p>7. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:</p> <p>(A) O que há de mais terrível nas cenas de violência transmitidas pela TV estão nas reações de indiferença de alguns espectadores.</p> <p>(B) Não se devem responder aos sacrifícios humanos com o cinismo de quem se julga superior.</p> <p>(C) Não se levante contra o pessimista as acusações de imobilismo moral e inseqüência política.</p> <p>(D) Ainda que não houvessem outras razões, o surdo idealismo dos pessimistas bastaria para os aceitarmos.</p> <p>(E) Os otimistas não julguem os pessimistas, nem estes àqueles, pois ambos convergem para alguma forma de idealismo.</p>	<p>11. Todas as formas verbais estão corretamente flexionadas na frase:</p> <p>(A) O marido enciumado conviu, por fim, em depor a arma e libertar a esposa, a quem vinha ameaçando diante das câmeras.</p> <p>(B) Seria preciso que se revissem os parâmetros éticos de alguns violentos noticiários que vêm assolando a programação da TV.</p> <p>(C) Serão bem-vindas todas as iniciativas que se proporem a melhorar a qualidade dos noticiários de TV.</p> <p>(D) A independência que os habitantes do Timor Leste obteram foi reconhecida pela ONU; espera-se que venha a consolidar-se.</p> <p>(E) Se um otimista não se conter, sua expectativa de êxtase cresce tanto que ele acaba por se juntar aos pessimistas.</p>
<p>8. O elemento sublinhado em</p> <p>(A) (...) <i>otimistas e pessimistas a um tempo</i> exclui a possibilidade de ambivalência. (6º parágrafo)</p> <p>(B) (...) <i>compelidos a agarrar-se a ela</i> refere-se ao antecedente escuridão. (4º parágrafo)</p> <p>(C) (...) <i>otimismo que também está em mim</i> exclui o antecedente pessimismo. (1º parágrafo)</p> <p>(D) (...) <i>deixe-me fundamentar este</i> refere-se ao antecedente prazer. (1º parágrafo)</p> <p>(E) <i>Mas é também verdadeira</i> (...) refere-se ao antecedente frase. (5º parágrafo)</p>	<p>12. Está inteiramente clara e correta a redação da seguinte frase:</p> <p>(A) O Brasil é um país que sucita posições extremadas; ele inclui tanto a admiração como a depreciação, entre os brasileiros.</p> <p>(B) Ora parece que a humanidade não tem jeito, e vice-versa; nesses dilemas entre otimismo e o pessimismo vivemos todos.</p> <p>(C) Muitos homens se valem da crença religiosa para se auto-sacrificarem em protesto político, em cujo também morrem vários inocentes.</p> <p>(D) Não obstante o pessimismo, os otimistas também podem ter momentos em que se manifestam em meio à uma grande insatisfação.</p> <p>(E) Com a irônica frase final, o autor do texto sugere que o pessimismo e o otimismo podem ser considerados simples variações do nosso humor.</p>

<p>13. No fragmento do blog citado no texto, as expressões <i>via de regra e por outro lado</i> estão empregadas, respectivamente, com o sentido de</p> <p>(A) rigorosamente - ainda assim (B) habitualmente - por sua vez (C) invariavelmente - tanto assim que (D) indiscutivelmente - de outro modo (E) esporadicamente - haja vista que</p>	<p>17. Está correta a forma de ambos os elementos sublinhados na frase:</p> <p>(A) Ela não nos disse <u>por que</u> razão tornou-se uma otimista; e se ela tornar ao seu pessimismo, será que nos explicará <u>por quê</u>?</p> <p>(B) A razão <u>porque</u> muitos se tornam pessimistas está no mundo violento de hoje; <u>por que</u> outra razão haveriam de se desenganar?</p> <p>(C) “<u>Por que</u> sim”: eis como respondem os mais impacientes, quando lhes perguntamos <u>porque</u>, de repente, se tornaram otimistas.</p> <p>(D) Sem mais nem <u>porquê</u>, ele passou a ver o mundo com outros olhos, <u>dizendo</u> que isso aconteceu <u>por que</u> encontrara a verdade na religião.</p> <p>(E) Não sei o <u>por que</u> do seu pessimismo; <u>porque</u> você não me explica?</p>
<p>14. A frase cuja pontuação está inteiramente correta é:</p> <p>(A) Momentos de extrema felicidade, sabe-se, costumam ser raros e efêmeros; por isso, há quem busque tirar o máximo proveito de acreditar neles e antegozá-los.</p> <p>(B) É muito comum que as pessoas valendo-se do senso comum, vejam o pessimismo e o otimismo como simples oposições: no entanto, não é esta a posição do autor do texto.</p> <p>(C) Talvez, se não houvesse a expectativa da suprema felicidade, também não haveria razão para sermos pessimistas, ou otimistas, eis uma sugestão, das entrelinhas do texto.</p> <p>(D) O autor nos conta que outro dia, interessou-se por um fragmento de um blog; e o transcreveu para melhor explicar a relação entre otimismo e pessimismo.</p> <p>(E) Quem acredita que o pessimismo é irreversível, não observa que, na vida, há surpresas e espantos que deveriam nos ensinar algo, sobre a constante imprevisibilidade de tudo.</p>	<p>18. Todas as palavras estão corretamente grafadas na frase:</p> <p>(A) Ela não crê em rixa, mas em complementaridade entre o pessimismo e o otimismo, admitindo, assim, flexibilização das sensações humanas.</p> <p>(B) As sensações espectantes produzem, entre os mais pessimistas, muito temor, e entre os otimistas, uma gososa, deleitosa ansiedade.</p> <p>(C) Algumas pessoas não admitem hesitação ou abstenção, quando nos inquirim: você se arroula entre os pessimistas ou entre os otimistas?</p> <p>(D) Em tese, não se deve privilegiar o otimismo ou o pessimismo; esses humores não reinvidicam, por si mesmos, nenhuma hegemonia.</p> <p>(E) O autor do texto se apoia na tese segundo a qual não se deve descriminar em definitivo entre o pessimismo e o otimismo.</p>
<p>15. (...) em seu deslumbramento, os otimistas, que diante de tudo se ofuscam, a nada se apegam.</p> <p>Mantêm-se as articulações lógicas da frase acima nesta outra redação:</p> <p>(A) A nada se apegam, em seu deslumbramento, os otimistas, conquanto se ofuscam com tudo.</p> <p>(B) Os otimistas, em seu deslumbramento, a nada se apegam, para que diante de tudo se ofusquem.</p> <p>(C) Diante de tudo se ofuscam os otimistas, em seu deslumbramento, e a nada se apegam.</p> <p>(D) Mesmo quando se ofuscam diante de tudo, em seu deslumbramento, os otimistas a nada se apegam.</p> <p>(E) Em seu deslumbramento, diante de tudo se ofuscam os otimistas quando a nada se apegam.</p>	<p>19. Há rigorosa observância das normas que determinam o uso do sinal de crase em:</p> <p>(A) A medida que afere o otimismo pode também avaliar o pessimismo, pois àquela ou à esta sensação corresponde alguma dose de idealismo.</p> <p>(B) O texto não nos leva à paradoxos gratuitos, mas à necessidade de reconhecer uma intersecção entre o otimismo e o pessimismo.</p> <p>(C) Cabe às pessoas decidir, à cada experiência, se lhes convém entregar-se à determinada sensação, a determinado humor.</p> <p>(D) O otimismo não fica à léguas do pessimismo; tendem ambos a convergir, conforme comprovam nossas próprias experiências.</p> <p>(E) Não assiste às ciências positivas o direito de aspirar à definição cabal da fronteira entre o pessimismo e o otimismo.</p>
<p>16. Está adequada a correlação entre tempos e modos verbais na frase:</p> <p>(A) Nem bem o autor acabou de ler o texto daquele blog e encontrara nele idéias que se assemelhassem às suas.</p> <p>(B) Se todos fossem otimistas de coração, não haverá razão para que se lamente o pessimismo que se aloje na consciência.</p> <p>(C) Por mais que o autor insistiu em sua tese, eu não deixava de manter a clássica divisão entre pessimistas e otimistas.</p> <p>(D) Se o marido continuasse a insistir em ameaçar a esposa que julgasse trai-lo, certamente os policiais terão tomado enérgicas providências.</p> <p>(E) Uma vez transmitida a notícia de que o presidente do pequeno país asiático sofrera um atentado, houve grandes e indignados protestos.</p>	<p>20. O verbo indicado entre parênteses deverá adotar uma forma do plural para preencher corretamente a frase:</p> <p>(A) As razões a que se (apegar) o maior dos pessimistas podem ser análogas às do maior otimista.</p> <p>(B) Se lhes (convir) preferir os pessimistas aos otimistas, aceitemos o fato.</p> <p>(C) Para as pessoas mais sensatas, (implicar) sérios riscos a drástica divisão entre pessimistas e otimistas.</p> <p>(D) A qualquer pessoa (poder) ocorrer, neste tempo de radicalismos, argumentos em favor da mais pessimista expectativa histórica.</p> <p>(E) Aos velhos cétricos não se (costumar) associar, em geral, senão o pessimismo impenitente dos que muito se amarguraram.</p>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	
<p>21. Em matéria de intervenção do Estado na propriedade, analise:</p> <p>I. Utilização transitória, remunerada ou gratuita, de bens particulares pelo Poder Público, para a execução de obras, serviços ou atividades públicas ou de interesse público, como modalidade de intervenção do Estado na propriedade.</p> <p>II. Toda imposição geral, gratuita, unilateral e de ordem pública condicionada ao exercício de direitos ou de atividades particulares às exigências do bem-estar social.</p> <p>Tais situações dizem respeito, respectivamente, a</p> <p>(A) desapropriação e requisição. (B) ocupação temporária e limitação administrativa. (C) servidão administrativa e tombamento. (D) requisição e ocupação temporária. (E) limitação administrativa e tombamento.</p>	<p>24. Sobre a inexecução e rescisão do contrato, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento constitui motivo para rescisão do contrato.</p> <p>(B) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos, constitui motivo para rescisão do contrato.</p> <p>(C) A inexecução total ou parcial do contrato não enseja a sua rescisão, mas sujeita o contratado às outras consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.</p> <p>(D) A rescisão do contrato poderá ser amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração.</p> <p>(E) A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.</p>
<p>22. Sobre as modalidades de licitação, considere:</p> <p>I. Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital.</p> <p>II. Pregão é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados no órgão licitante para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital.</p> <p>III. Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, devidamente cadastrados, escolhidos e convidados em número mínimo de 2 (dois) pela unidade administrativa.</p> <p>IV. Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.</p> <p>V. É possível a combinação das modalidades de licitação, de modo a se estabelecer nova modalidade, desde que todos os requisitos estejam previstos na lei.</p> <p>Está correto o que contém APENAS em</p> <p>(A) I e IV. (B) I, II e V. (C) II e IV. (D) II, III e V. (E) IV e V.</p>	<p>25. Nos termos da lei, o pregão é modalidade de licitação empregada para</p> <p>(A) a realização de obras e serviços de engenharia. (B) aquisição de bens e serviços especiais. (C) aquisição de bens e serviços comuns. (D) ata de registro de preços de bens ou serviços especiais. (E) contratação de quaisquer bens ou serviços, sejam de natureza comum ou especial.</p>
<p>23. Os crimes definidos na Lei de Licitações, ainda que simplesmente tentados, sujeitam os seus autores, quando servidores públicos, além das sanções penais, à</p> <p>(A) pena de multa equivalente ao vencimento/salário do servidor. (B) pena de advertência, com anotação no prontuário. (C) pena de suspensão pelo prazo de 90 (noventa) dias. (D) sanções administrativas a critério do superior imediato. (E) perda do cargo, emprego, função ou mandato eletivo.</p>	<p>26. Para os fins da Lei nº 8.112 de 11/12/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, analise :</p> <p>I. O servidor que deva ter exercício em outro município em razão de ter sido redistribuído, terá, no mínimo quinze e, no máximo quarenta e cinco dias de prazo, para a retomada do efetivo desempenho das atribuições do cargo.</p> <p>II. A redistribuição ocorrerá <i>ex-officio</i> para ajustamento de lotação e da força de trabalho às necessidades dos serviços, inclusive nos casos de reorganização, extinção ou criação de órgãos ou entidade.</p> <p>III. São modalidades de remoção: de ofício, no interesse da Administração; a pedido, a critério da Administração; e a pedido para outra localidade, independentemente do interesse da Administração, como por exemplo nas situações familiares, de saúde e de processo seletivo.</p> <p>IV. Ao servidor que ainda estiver em estágio probatório não poderá ser concedida licença e afastamento, entre outros, para atividade política.</p> <p>Nesses casos, APENAS são corretos:</p> <p>(A) II, III e IV. (B) I e III. (C) I e IV. (D) II e III. (E) I, II e IV.</p>

<p>27. Na hipótese de valores recebidos por servidores públicos federais, em decorrência de cumprimento à decisão liminar, a tutela antecipada, ou a sentença que venha a ser revogada ou rescindida, serão eles atualizados até a data</p> <p>(A) da reposição.</p> <p>(B) do recebimento.</p> <p>(C) da notificação ao servidor.</p> <p>(D) da apresentação da defesa.</p> <p>(E) fixada por critério judicial.</p>	<p>31. A República Federativa do Brasil está organizada político-administrativamente de forma que os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante a aprovação</p> <p>(A) dos eleitores inscritos na respectiva área, mediante <i>referendum</i> da população diretamente interessada, e da Câmara dos Deputados, por lei ordinária.</p> <p>(B) por dois terços do Senado Federal, em dois turnos de votação, após plebiscito pela população diretamente interessada.</p> <p>(C) da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.</p> <p>(D) pela maioria absoluta dos integrantes das Assembléias Legislativas respectivas, a ser confirmada por referendo pela população diretamente interessada.</p> <p>(E) de emenda constitucional específica, após consulta através de plebiscito da população diretamente interessada.</p>
<p>28. Segundo a Lei nº 8.429/92, permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário. Nesse caso, independentemente das sanções penais, civis e administrativas, previstas na legislação específica, o responsável por esse ato de improbidade está sujeito ao pagamento de multa civil</p> <p>(A) de até três vezes o valor do dano.</p> <p>(B) de no máximo duzentos e cinquenta salários mínimos.</p> <p>(C) de até cinco vezes o valor do dano.</p> <p>(D) cujo valor não poderá ultrapassar o valor do dano.</p> <p>(E) de até duas vezes o valor do dano.</p>	<p>32. Dentre outras, compete privativamente à União legislar sobre direito</p> <p>(A) tributário, juntas comerciais e defensoria pública.</p> <p>(B) agrário, trânsito, transporte e desapropriação.</p> <p>(C) econômico, orçamento, custas dos serviços forenses.</p> <p>(D) financeiro, proteção ao patrimônio cultural e proteção à infância e à juventude.</p> <p>(E) urbanístico, produção e consumo.</p>
<p>29. No tocante à comunicação dos atos, de acordo com a Lei nº 9.784/99 a intimação, no caso de interessados indeterminados, desconhecidos ou com domicílio indefinido, deve ser efetuada por meio de</p> <p>(A) via postal com aviso de recebimento.</p> <p>(B) publicação oficial.</p> <p>(C) telegrama.</p> <p>(D) via postal simples.</p> <p>(E) mandado.</p>	<p>33. Quanto à administração pública, considere:</p> <p>I. A lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.</p> <p>II. É garantido ao servidor público civil e ao militar o direito à livre associação sindical e à reunião em qualquer local, vedada a interferência estatal no seu funcionamento.</p> <p>III. Independe de lei ou de autorização legislativa a criação de autarquia e de fundação, salvo de sociedade de economia mista, que se fará por delegação do Chefe do Executivo.</p> <p>IV. Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.</p> <p>V. Os vencimentos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.</p> <p>Estão corretas as que se encontram APENAS em</p> <p>(A) I, IV e V.</p> <p>(B) II, III e V.</p> <p>(C) III e IV.</p> <p>(D) I e II.</p> <p>(E) II e III.</p>
<p>30. No tocante à instrução do processo, de acordo com a Lei nº 9.784/99, os interessados serão intimados de prova ou diligência ordenada, com menção de data, hora e local de realização, com antecedência mínima de</p> <p>(A) quinze dias úteis.</p> <p>(B) cinco dias úteis.</p> <p>(C) dez dias corridos.</p> <p>(D) quinze dias corridos.</p> <p>(E) três dias úteis.</p>	

<p>34. Em relação aos servidores públicos, estabelece a Constituição Federal, dentre outras situações, que</p> <p>(A) os proventos de aposentadoria, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo em comissão em que se deu a aposentadoria, salvo se em cargo efetivo fixado o limite de até vinte por cento.</p> <p>(B) as pensões, por ocasião de sua concessão, poderão exceder em até vinte e cinco por cento a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo que serviu de referência para a sua concessão.</p> <p>(C) os proventos de aposentadoria, por ocasião de sua concessão, poderão exceder em até trinta por cento a remuneração do respectivo servidor, no cargo em comissão em que se deu a aposentadoria.</p> <p>(D) as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo que serviu de referência para a sua concessão.</p> <p>(E) as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo em comissão que serviu de referência para a sua concessão, salvo se em cargo efetivo fixado o limite de até trinta e cinco por cento.</p>	<p>37. Adquire a propriedade de imóvel urbano com área de 500 metros quadrados, independentemente de título ou boa-fé, aquele que o possuir como seu e nele houver estabelecido a sua moradia habitual, sem interrupção, nem oposição, por, no mínimo,</p> <p>(A) 5 anos.</p> <p>(B) 30 anos.</p> <p>(C) 20 anos.</p> <p>(D) 15 anos.</p> <p>(E) 10 anos.</p>
<p>35. Em tema de processo legislativo é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) a Constituição poderá ser emendada mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros do Senado Federal.</p> <p>(B) a discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa dos Tribunais Superiores terão início no Senado Federal, observada a obrigatoriedade de dois turnos de votação e quorum qualificado.</p> <p>(C) a matéria constante de proposta de emenda rejeitada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.</p> <p>(D) as medidas provisórias adotadas pelo Presidente da República, em caso de relevância e urgência, deverão ser submetidas de imediato ao Congresso Nacional.</p> <p>(E) as leis delegadas serão elaboradas pelo Presidente da República, que deverá solicitar a delegação ao Congresso Nacional.</p>	<p>38. A respeito dos vícios redibitórios, considere:</p> <p>I. A coisa recebida em virtude de doação onerosa pode ser enjeitada por vícios ou defeitos ocultos que a tornem imprópria ao uso a que é destinada.</p> <p>II. Se o alienante não conhecia o vício ou defeito da coisa, restituirá o que recebeu, com perdas e danos.</p> <p>III. A responsabilidade do alienante subsiste ainda que a coisa pereça em poder do alienatário, se perecer por vício oculto, já existente ao tempo da tradição.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e III.</p> <p>(B) I e II.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) II.</p> <p>(E) III.</p>
<p>36. Prescreve em um ano a pretensão</p> <p>(A) dos peritos para percepção de honorários.</p> <p>(B) relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos.</p> <p>(C) para receber prestações vencidas de rendas temporárias ou vitalícias.</p> <p>(D) de reparação civil.</p> <p>(E) de cobrança de dívida líquida constante de instrumento público.</p>	<p>39. Por ocasião da alienação em hasta pública,</p> <p>(A) o exequente, se vier a arrematar os bens, não estará obrigado a exhibir o preço; mas, se o valor dos bens exceder o seu crédito, depositará, dentro de 10 (dez) dias, a diferença, sob pena de ser tornada sem efeito a arrematação.</p> <p>(B) quando o valor dos bens penhorados não exceder 80 (oitenta) vezes o valor do salário mínimo vigente na data da avaliação, será dispensada a publicação de editais, não podendo, nesse caso, o preço da arrematação ser inferior ao da avaliação.</p> <p>(C) tratando-se de bem imóvel, quem estiver interessado em adquiri-lo em prestações poderá apresentar por escrito sua proposta, nunca inferior à avaliação, com oferta de pelo menos 30% à vista, sendo o restante garantido por hipoteca sobre o próprio imóvel.</p> <p>(D) a arrematação far-se-á, em regra, mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante ou, no prazo de até 10 (dez) dias, mediante caução.</p> <p>(E) o devedor será intimado pessoalmente, por mandado, carta registrada ou por outro meio idôneo, do dia, hora e local da alienação judicial, sendo vedada a intimação através de advogado constituído nos autos.</p>

<p>40. Far-se-á a liquidação por artigos quando</p> <p>(A) exigir a natureza do objeto da liquidação.</p> <p>(B) determinado pela sentença.</p> <p>(C) convencionado pelas partes.</p> <p>(D) houver necessidade de alegar e provar fato novo, para determinar o valor da condenação.</p> <p>(E) a determinação do valor da condenação depender de cálculo aritmético.</p>	<p>43. Considere as seguintes situações encontradas pelo Oficial de Justiça quando do cumprimento de um mandado de citação:</p> <p>I. Citação de funcionário público, na repartição em que trabalhar.</p> <p>II. Citação de pessoa que estiver assistindo a qualquer ato de culto religioso.</p> <p>III. Citação de qualquer parente do morto, consanguíneo ou afim na linha colateral em segundo grau, no dia do falecimento e nos 7 (sete) dias seguintes.</p> <p>IV. Citação de noivos, nos 5 (cinco) primeiros dias de bodas.</p>
<p>41. No prazo para embargos, reconhecendo o crédito do exequente poderá o executado, comprovando o depósito de</p> <p>(A) 20% do valor em execução, incluindo custas e honorários advocatícios, requerer seja admitido pagar o restante em até dez parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês.</p> <p>(B) 20% do valor em execução, incluindo custas e honorários advocatícios, requerer seja admitido pagar o restante em até seis parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês.</p> <p>(C) 30% do valor em execução, incluindo custas e honorários advocatícios, requerer seja admitido pagar o restante em até oito parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês.</p> <p>(D) 30% do valor em execução, incluindo custas e honorários advocatícios, requerer seja admitido pagar o restante em até seis parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês.</p> <p>(E) 30% do valor em execução, incluindo custas e honorários advocatícios, requerer seja admitido pagar o restante em até dez parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês.</p>	<p>De acordo com o Código de Processo Civil, dentre outras hipóteses, não se fará a citação, salvo para evitar o perecimento do direito, nas situações indicadas, APENAS, em</p> <p>(A) I, II e IV.</p> <p>(B) II, III e IV.</p> <p>(C) I, II e III.</p> <p>(D) I e IV.</p> <p>(E) II e III.</p>
<p>42. Considere as seguintes assertivas sobre a execução por quantia certa contra devedor solvente:</p> <p>I. No caso de integral pagamento pelo executado no prazo de 3 (três) dias após a regular citação, a verba honorária fixada pelo Magistrado será reduzida pela metade.</p> <p>II. Tratando-se de penhora em bem indivisível, a meação do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem.</p> <p>III. Não realizada a adjudicação dos bens penhorados, o exequente poderá requerer sejam eles alienados por sua própria iniciativa ou por intermédio de corretor credenciado perante a autoridade judiciária.</p> <p>IV. A penhora pode ser substituída por fiança bancária ou seguro garantia judicial, em valor não inferior ao do débito constante da inicial, mais 10%.</p> <p>De acordo com o Código de Processo Civil, está correto o que se afirma APENAS em:</p> <p>(A) I, II e IV.</p> <p>(B) I, II e III.</p> <p>(C) II, III e IV.</p> <p>(D) I, III e IV.</p> <p>(E) II e III.</p>	<p>44. No que concerne à Lei nº 9.289/96, que estabelece o Regimento de Custas da Justiça Federal é correto afirmar que:</p> <p>(A) Nos recursos que se processam nos próprios autos, aquele que recorrer da sentença pagará a outra metade das custas, dentro do prazo de dez dias, sob pena de deserção.</p> <p>(B) Rege-se pela Lei nº 9.289/96 a cobrança de custas nas causas ajuizadas perante a Justiça Estadual, no exercício da jurisdição federal.</p> <p>(C) Nos processos de <i>habeas data</i> que tramitam perante a Justiça Federal as custas serão devidas ao final pela parte interessada.</p> <p>(D) A reconvenção e os embargos à execução em regra não se sujeitam ao pagamento de custas.</p> <p>(E) O levantamento de caução ou de fiança poderá ser feito independentemente do pagamento das custas.</p>
<p>45. João revelou a Pedro que estava pensando em subtrair dinheiro do cofre da repartição pública em que trabalhava, mas não sabia como abri-lo. Pedro, então, informou-lhe que ouviu o chefe do setor dizer que o segredo do cofre estava escrito num dos quadros que decoravam a parede. De posse dessa informação, João abriu o cofre e retirou dinheiro do seu interior, gastando-o em proveito próprio. Nesse caso, João responderá por crime de peculato e Pedro</p> <p>(A) responderá como partícipe.</p> <p>(B) responderá como co-autor.</p> <p>(C) responderá como autor principal.</p> <p>(D) responderá como autor mediato.</p> <p>(E) não responderá pelo delito praticado por João.</p>	<p>45. João revelou a Pedro que estava pensando em subtrair dinheiro do cofre da repartição pública em que trabalhava, mas não sabia como abri-lo. Pedro, então, informou-lhe que ouviu o chefe do setor dizer que o segredo do cofre estava escrito num dos quadros que decoravam a parede. De posse dessa informação, João abriu o cofre e retirou dinheiro do seu interior, gastando-o em proveito próprio. Nesse caso, João responderá por crime de peculato e Pedro</p> <p>(A) responderá como partícipe.</p> <p>(B) responderá como co-autor.</p> <p>(C) responderá como autor principal.</p> <p>(D) responderá como autor mediato.</p> <p>(E) não responderá pelo delito praticado por João.</p>

<p>46. A prestação pecuniária e a limitação de fim se semana são penas</p> <p>(A) restritivas de direito.</p> <p>(B) de multa e privativa de liberdade, respectivamente.</p> <p>(C) de multa e restritiva de direito, respectivamente.</p> <p>(D) restritiva de direito e privativa de liberdade, respectivamente.</p> <p>(E) de multa.</p>	<p>50. A representação do ofendido</p> <p>(A) depende de poderes especiais quando exercida através de procurador.</p> <p>(B) é peça obrigatória para a instauração da ação penal privada.</p> <p>(C) é um direito que cessa com a morte deste.</p> <p>(D) é irretratável durante o inquérito policial.</p> <p>(E) só pode ser feita por escrito, com a assinatura autenticada deste.</p>
<p>47. José, funcionário de empresa prestadora de serviço contratada para a execução de serviços de alargamento de avenida, exigiu de João, proprietário de estacionamento existente no local, quantia em dinheiro para não bloquear com entulho o acesso ao referido prédio. Nesse caso, José cometeu crime de</p> <p>(A) corrupção ativa.</p> <p>(B) prevaricação.</p> <p>(C) concussão.</p> <p>(D) corrupção passiva.</p> <p>(E) peculato.</p>	<p>51. A prisão preventiva NÃO poderá ser</p> <p>(A) decretada como garantia da ordem econômica.</p> <p>(B) decretada pelo juiz de ofício.</p> <p>(C) decretada na ação penal privada.</p> <p>(D) revogada antes da sentença final.</p> <p>(E) decretada pelo Ministério Público na fase do inquérito policial.</p>
<p>48. Inclui-se dentre as causas impeditivas da prescrição</p> <p>(A) a continuação do cumprimento pelo agente de pena.</p> <p>(B) a reincidência.</p> <p>(C) o início do cumprimento pelo agente da pena.</p> <p>(D) a sentença condenatória recorrível.</p> <p>(E) o cumprimento pelo agente de pena no estrangeiro.</p>	<p>52. Caberá recurso em sentido estrito além de outras hipóteses da decisão</p> <p>(A) do Tribunal do Júri, quando houver erro ou injustiça na aplicação da pena.</p> <p>(B) que pronunciar o réu.</p> <p>(C) da sentença definitiva de absolvição proferida por juiz singular.</p> <p>(D) do Tribunal do Júri, quando a sentença do juiz-presidente for contrária à lei expressa.</p> <p>(E) do Tribunal do Júri, quando a sentença do juiz-presidente for contrária à decisão dos jurados.</p>
<p>49. Considere:</p> <p>I. Desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados.</p> <p>II. Chefes de missão diplomática de caráter permanente.</p> <p>III. Governador do Distrito Federal.</p> <p>IV. Membros do Tribunal de Contas da União.</p> <p>V. Membros dos Tribunais Regionais Eleitorais.</p> <p>Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, nos crimes comuns, as autoridades indicadas APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) III e V.</p> <p>(C) I, III e IV.</p> <p>(D) II, IV e V.</p> <p>(E) I, IV e V.</p>	<p>53. A respeito dos prazos processuais, é correto afirmar:</p> <p>(A) Não se computará no prazo o dia do começo, incluindo-se, porém, o do vencimento.</p> <p>(B) Na contagem dos prazos processuais, será computado o dia do início e o do vencimento.</p> <p>(C) Os prazos processuais correrão em cartório de segunda a sexta-feira, ficando suspensos nos domingos e feriados.</p> <p>(D) Se uma decisão for proferida em audiência em que a parte esteja presente, o prazo para recurso só começará a correr da publicação.</p> <p>(E) A ocorrência de obstáculo judicial oposto pela parte contrária não impedirá o curso do prazo processual correspondente.</p>

<p>54. A respeito do Assistente do Ministério Público, é correto afirmar que</p> <p>(A) o assistente poderá atuar na instrução, mas não lhe será permitido propor meios de prova.</p> <p>(B) poderá intervir como assistente do Ministério Público o co-réu no mesmo processo.</p> <p>(C) o assistente só será admitido até a publicação da sentença.</p> <p>(D) do despacho que admitir ou não o assistente não caberá recurso.</p> <p>(E) o assistente poderá ser admitido na ação penal privada.</p>	<p>57. Em matéria de extinção do crédito tributário, analise:</p> <p>I. Ato pelo qual o credor, pela autoridade administrativa e autorizada por lei, dispensa graciosamente o devedor de pagar a dívida, ou seja, o perdão total ou parcial do débito.</p> <p>II. Desaparecimento do direito de constituir o crédito tributário; de fazer o lançamento, de formar o título que autoriza a sua cobrança.</p> <p>III. Faculdade, concessões mútuas que importe evitar ou terminar um litígio com a conseqüente extinção do crédito tributário.</p> <p>Essas situações dizem respeito, respectivamente, aos institutos da</p> <p>(A) remissão, prescrição e moratória.</p> <p>(B) anistia, decadência e moratória.</p> <p>(C) transação, prescrição e compensação.</p> <p>(D) remissão, decadência e transação.</p> <p>(E) isenção, pagamento e transação.</p>
<p>55. Dentre outras limitações ao poder de tributar da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios é vedado instituir impostos sobre</p> <p>(A) templos de qualquer culto, sendo extensivo aos demais tributos como taxas, contribuições de melhoria e contribuições parafiscais, relacionados ou não com suas atividades essenciais.</p> <p>(B) patrimônio, renda ou serviços das entidades sindicais patronais e dos trabalhadores, relacionados, ou não com as finalidades essenciais dessas entidades.</p> <p>(C) patrimônio, renda ou serviço, uns dos outros, e é extensivo às autarquias e às fundações instituídas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades ou às delas decorrentes .</p> <p>(D) livros, jornais, periódicos, revistas, o papel destinado à sua impressão, os noticiários por qualquer meio de radiodifusão, assim como os institutos de educação ou de assistência social, com ou sem finalidade lucrativa.</p> <p>(E) patrimônio dos partidos políticos e coligações partidárias, salvo a renda, ainda que não contabilizada, assim como os serviços de qualquer natureza, mesmo decorrentes de suas finalidades.</p>	<p>58. Mario deixou de recolher contribuições devidas à previdência social que integraram custos relativos à venda de produtos ou à prestação de serviços. Neste caso, de acordo com o Código Penal, em regra, Mário</p> <p>(A) está sujeito a pena de detenção de um a três anos e multa.</p> <p>(B) não está sujeito a qualquer penalidade uma vez que este fato é atípico.</p> <p>(C) está sujeito a pena de reclusão de dois a cinco anos e multa.</p> <p>(D) está sujeito apenas a aplicação de multa.</p> <p>(E) está sujeito a pena de detenção de seis meses a dois anos e multa.</p> <p>59. Considere as seguintes assertivas a respeito do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS:</p> <p>I. Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS, que terá como membros seis representantes do Governo Federal e nove representantes da sociedade civil.</p> <p>II. Os membros do CNPS e seus respectivos suplentes serão nomeados pelo Presidente da República.</p> <p>III. Os representantes titulares da sociedade civil mandato de dois anos, sendo vedada a recondução.</p> <p>IV. O CNPS reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, por convocação de seu Presidente, não podendo ser adiada a reunião por mais de quinze dias se houver requerimento nesse sentido da maioria dos conselheiros.</p> <p>De acordo com a Lei nº 8.213/91, está correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) II, III e IV.</p> <p>(B) I, II e IV.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) I, II e III.</p> <p>(E) I e IV.</p>
<p>56. É certo que o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação,</p> <p>(A) será cumulativo, não pode ser seletivo, mesmo em razão da essencialidade das mercadorias ou serviços, e incide mesmo nas remessas de mercadoria para demonstração.</p> <p>(B) será não-cumulativo, pode ser seletivo em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços, e não incide no simples deslocamento da mercadoria pelo seu proprietário, sem implicar circulação econômica ou jurídica.</p> <p>(C) não está sujeito ao princípio da anterioridade, não pode ser seletivo, em nenhuma hipótese, mas não incide na saída de mercadorias para outro estabelecimento da mesma firma, localizado em outro Estado.</p> <p>(D) é da competência legislativa dos Estados e do Distrito Federal, será cumulativo, não está sujeito ao princípio da anterioridade e incide nas transferências de bens da matriz para suas filiais.</p> <p>(E) é da competência legislativa dos Estados na respectiva área, mas da União, quando no Distrito Federal, e incide sobre a movimentação de mercadorias e prestação de serviços dentro ou fora da corrente comercial.</p>	<p>60. A entrega das ações, prestações e serviços de seguridade social a todos os que necessitem, tanto em termos de previdência social, como no caso da saúde e da assistência social, constitui, especificamente o princípio constitucional da</p> <p>(A) universalidade da cobertura.</p> <p>(B) distributividade na prestação dos benefícios e serviços.</p> <p>(C) diversidade da base de financiamento.</p> <p>(D) universalidade do atendimento.</p> <p>(E) seletividade na prestação dos benefícios e serviços.</p>

